



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Apesar de tudo, entramos no ano novo

AN Original

A maioria das previsões e perspectivas feitas para 2021 aponta para um ano difícil e desafiador para a humanidade. No entanto, seja como for, nesses dias, as pessoas comunicam umas às outras os votos de feliz ano(...)

Por Marcelo Barros



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Descolonizar os saberes para uma Saúde Planetária

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por João Arriscado Nunes



es Reflexión Anticolonialismo

Hacia la descolonización de los desastres

AN Original

Fuego, fuego, el mundo está en llamas, fuego, fuego los Yanquis quieren fuego, cantaba Roy Brown en los años 60, ante un auge del movimiento por la independencia en Puerto Rico. Cincuenta años después, Naomi Klein(...)

Por Gustavo García López



pt Reflexão Anti-Heteropatriarcado

A lição que vem da Argentina

AN Original

A história da penalização do aborto na Argentina começou em 1886 com a sanção do primeiro Código Penal. Nele, a prática era penalizada em qualquer hipótese. Em 1903, com a reforma do código, há um pequeno(...)

Por Ana Prestes



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

The Indian Suicide

AN Original

In the month of May, and June 2020 Indian roads, streets and railway tracks were dotted by the dead bodies of poor inter-state migrant's workers-died due to exhaustion, starvation, heatstroke, road accidents, among(...)

By Amit Singh



SUGESTÕES

SUGGESTIONS

Facebook Twitter YouTube RSS

Apesar de tudo, entramos no ano novo

AN Original

2021-01-06

Por Marcelo Barros



A maioria das previsões e perspectivas feitas para 2021 aponta para um ano difícil e desafiador para a humanidade. No entanto, seja como for, nesses dias, as pessoas comunicam umas às outras os votos de feliz ano novo. Há quem faça isso por mero costume. Muitas pessoas desejam umas às outras feliz ano novo como quem diz “bom dia” a quem encontra. Outras e mesmo alguns grupos espirituais acreditam que as palavras têm força própria e que, pelo fato de desejarem feliz ano novo, quase automaticamente, este voto se concretize de alguma forma em realidade. Na tradição bíblica e em outros caminhos espirituais, a palavra deve tomar corpo por um compromisso de quem expressa o desejo, ao mesmo tempo se compromete em fazer com que aquele voto se torne verdade na vida.

Seja como for, neste ano, seria muita ingenuidade ou até certo cinismo imaginar que este ano possa ser feliz e de paz, simplesmente, sem que a sociedade aceite se empenhar em mudanças estruturais que dizem respeito à forma de organizar o mundo e a vida. Afinal, em todos os continentes, países continuam mergulhados na pandemia do Coronavírus. E este vírus revelou que nossos governos e sociedades estavam despreparados para enfrentarem juntos e solidários uma crise como essa. No início deste ano, em todos os continentes, as desigualdades sociais se agravaram. Embora, no início da pandemia, parecia que a nossa civilização mudaria o modo de se relacionar com a natureza, desde alguns meses, se comprovou que é como se a pandemia não tivesse nos ensinado nada sobre isso e a insensatez continua dominando o mundo. Ninguém terá saúde e paz se a terra, as águas e a natureza continuarem sendo destruídas na proporção que vimos acontecer neste fatídico 2020. Cientistas conceituados nos repetem que, embora não tenhamos ainda total certeza em relação à origem deste vírus que assola o mundo, sem dúvida, a sua proliferação está ligada à destruição das florestas, à poluição das águas e à crise ecológica.

Esse momento atual, no qual as vacinas parecem surgir como a esperança possível para um próximo horizonte, precisamos compreender de vez que dependemos uns dos outros. Não adianta desejar feliz ano novo para alguém sem pensar no âmbito social. Ninguém terá paz se não se efetivar uma sociedade mais justa. Como afirmou o papa Francisco na sua mais recente encíclica: “*Precisamos fazer crescer a consciência de que, hoje, ou nos salvamos todos juntos, ou ninguém se salva*” (Fratelli Tutti, 137). Não haverá paz e justiça no mundo enquanto uma ínfima minoria de privilegiados concentra em suas mãos riqueza equivalente a mais da metade de toda a humanidade.

No mundo inteiro, movimentos sociais organizam as bases para **uma aliança de toda a humanidade** pela Paz, Justiça e Comunhão com o Universo. Em vários países, intelectuais e militantes sociais se organizam em um coletivo que se chama **Ágora dos/das Habitantes da Terra**, propondo que a humanidade, como humanidade possa ser sujeito de diálogo e protagonista de seu destino comum. Grupos da sociedade civil trabalham pelo **Conselho de Segurança dos Bens Comuns**, principalmente, a água, as sementes e o conhecimento.

Já para janeiro, movimentos sociais e a sociedade civil internacional preparam virtualmente um novo

Fórum Social Mundial, a ser realizado ainda neste janeiro (de 25 a 29). Na Amazônia, se inicia desde agora até 2022, o processo para um novo Fórum Panamazônico.

Na América Latina, o sonho de uma pátria grande solidária exige cada vez mais esforços. A guerra dos meios de comunicação contra qualquer transformação do mundo a favor dos empobrecidos continua implacável. A Venezuela, a Bolívia e outros países que o digam. Nestes dias, as estatísticas revelam que, no continente latino-americano, 73 pessoas possuem mais de um bilhão de dólares e somente durante esta pandemia lucraram mais 50 milhões de dólares. Enquanto isso, milhões de irmãos e irmãs mergulharam no desemprego, na insegurança alimentar e na pobreza injusta.

No Brasil, grupos de base tentam retomar o esforço de educação popular que permita as pessoas interpretar criticamente o que está acontecendo e tomar posições mais justas e solidárias. Um coletivo denominado “*Todos pelo bem comum*” propõem nova dinâmica para os trabalhos de base, principalmente, retomando o processo de educação popular. Para 2021, movimentos sociais de todo o Brasil realizam um “*Chamado para uma transição ecossocialista no Brasil*”.

Cada vez mais fica claro o que os movimentos sociais já expressavam no fórum social ocorrido em Túnis, na África, em 2015: “*A humanidade precisa de uma verdadeira revolução. Só a nossa ousadia pode torná-la possível*”. Essa ousadia comunitária parte da convicção de que o amanhã pode ser diferente. As organizações sociais brasileiras sustentam que, para isso, não podemos aceitar “*nenhum direito a menos*”. No plano mundial, entram na campanha internacional para 1 – **reconhecer as vacinas contra vírus como bens comuns da humanidade e, assim como a água, não possam ser privatizadas e vendidas**. 2 - organizar a sociedade de modo que **a economia e as finanças sirvam para a vida da humanidade e não para o lucro de 60 famílias mais ricas do mundo**. 3 - **desarmar o mundo e impedir a guerra** como negação da vida e da convivência humanas.

Cada vez mais, os movimentos sociais e a parte mais consciente da sociedade civil se voltam para a sabedoria ancestral de diversos povos indígenas, espalhados por diversas regiões do continente latino-americano. De formas diversas, eles propõem como paradigma para a sociedade mundial o que os andinos denominam o bem viver. É o paradigma do cuidado com o bem comum, com a convivência humana a partir da valorização da vida, da comunhão com a mãe Terra e com a natureza e a interdependência e a relação de todos com todos e tudo com tudo.

Sabemos que estas propostas vão na contramão de todos os poderes do mundo. Se insistimos em lutar por estes objetivos é porque cremos na vida e muitos de nós ligamos esta fé à fé em Deus ou simplesmente na humanidade. Se você está neste caminho conosco, pode se sentir feliz em testemunhar que trabalha para que, apesar de tudo, 2021 seja um ano novo mais feliz para toda a humanidade.

Marcelo Barros é monge beneditino brasileiro, teólogo e escritor. Assessora nacionalmente as comunidades eclesiais de base e movimentos sociais como o Movimento de Trabalhadores-sem Terra (MST). Tem publicados 58 livros no Brasil e alguns em outros países da América Latina e Europa. Seus livros mais recentes são: “Teologias da Libertação para os nossos dias”, Ed. Vozes, 2019 e “O monge e o pastor”, Ed. Objetiva, 2020.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Descolonizar os saberes para uma Saúde Planetária

AN Original - Alice Comenta

2021-01-05

Por João Arriscado Nunes

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Uma declaração recente da Organização Mundial de Saúde (OMS), apesar do seu optimismo prudente, lembra que esta pode não ter sido ainda a grande pandemia que tem assombrado a imaginação epidemiológica, e que deve ser considerada a possibilidade de o vírus SARS –CoV2 se tornar endémico, com manifestações agudas intermitentes. No seu livro mais recente, Boaventura de Sousa Santos discute essa necessidade de imaginar formas de conviver com os vírus, os de hoje e os que virão, enquanto parte de uma transição para um “mundo em que caibam muitos mundos”, radicalmente diferente do que existe sob o modelo civilizatório que hoje domina. Nestas condições, o que significa falar em normalidade e em regresso à normalidade?



Nas últimas décadas, têm-se multiplicado investigações e intervenções que, com graus diferentes de visibilidade e de partilha, permitem identificar as condições que facilitam ou promovem o surgimento de sucessivos surtos, epidemias e pandemias associados a vírus com origem em reservatórios animais, e que em muitos casos se tornam infecciosos para os seres humanos. Está hoje bem estabelecida a sua associação com a desflorestação, a mineração, a destruição ecológica, a redução das condições de sobrevivência de populações rurais em várias regiões do hemisfério Sul, as alterações climáticas associadas a um modelo industrial poluente, extractivista e predatório e a criação de verdadeiros

viveiros de doença nas concentrações industriais de criação e processamento de animais para consumo humano. Tudo isto sem esquecer o papel central, como mostraram [Rob Wallace e os seus colaboradores](#), dos circuitos globais de capital e do modelo neoliberal de desenvolvimento e de práticas que continuam, sob novas e velhas formas, a dominação colonial e a vulnerabilização e exclusão abissal de uma parte crescente da população mundial.

Emergências sanitárias como a atual pandemia de Covid-19 são indissociáveis desse modelo civilizacional que ameaça as próprias condições que permitem a vida na terra. A urgência da resposta à sua dinâmica predatória e de distribuição tem levado a diferentes formulações da relação entre a saúde humana, a saúde de todos os seres vivos e a saúde do planeta, da biosfera e da geosfera. Um conceito como o de saúde global, a partir do qual têm sido definidas a resposta à pandemia, parece limitado na sua capacidade de pensar de modo articulado a emergência sanitária, a emergência ecológica e a crise civilizacional. Por isso têm surgido outras concepções que procuram vincular saúde, ecologia e economia política, postulando abordagens convergentes da saúde humana, da saúde animal e da saúde dos ecossistemas. Entre essas concepções, a Saúde Planetária, apesar de limitações importantes nas suas formulações mais influentes, ocupa um lugar de relevo, por razões que vale a pena considerar mais de perto.

Diferentes versões dos documentos que - desde o [Manifesto da revista *The Lancet*](#), de 2014, passando pelo [Relatório da Comissão Lancet-Fundação Rockefeller](#), de 2015, até à Declaração de Canmore, em 2018 - procuraram estabelecer os princípios da Saúde Planetária, alinhadas com as orientações de organizações internacionais como Organização Mundial de Saúde, ou com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, corriam o risco de ter o mesmo destino de outras iniciativas que, dada a sua procura de posições abrangentes e consensuais, ignoraram as formas de injustiça global e de vulnerabilidade – cognitiva, social, histórica, ecológica, sanitária – pesando sobre as respostas aos problemas e ameaças decorrentes das sinergias entre crises sanitárias, ecológicas, sociais e políticas e da relação destas com a persistência da dominação capitalista, colonial e patriarcal, nas diversas formas que tem assumido ao longo dos últimos cinco séculos. A [Declaração de Canmore](#), ainda que sejam discretas as referências que inclui à dominação colonial, reconhece que é nos conhecimentos e práticas dos povos indígenas e originários de diferentes partes do mundo que se encontram as raízes da Saúde Planetária.

Um desenvolvimento interessante viria a ocorrer, com as apropriações desta proposta pelos povos indígenas e originários, enquanto manifestação de preocupações que sempre estiveram no centro da sua relação com a Terra e da sua defesa de modos de vida e ecologias ameaçadas por um modelo civilizacional baseado na predação e na supressão violenta, sob várias formas, da diversidade e riqueza do mundo, das suas experiências e dos seus saberes. A apropriação descolonizadora da ideia da Saúde Planetária deu assim lugar a várias iniciativas que importa aqui lembrar.

Diferentes contribuições de cientistas, ativistas, lideranças indígenas, profissionais de saúde e educadores oriundos de povos originários, indígenas e tradicionais das Américas, Austrália, Nova Zelândia, Pacífico e África propõem uma abordagem descolonizadora dos saberes hegemónicos na saúde e na ecologia, a partir da criação de espaços e de projetos de interconhecimento entre saberes indígenas e originários e os saberes das ciências ocidentais, em particular da biologia, da medicina e da ecologia, da promoção de saúde e da epidemiologia.

Deste processo emergem apropriações descolonizadoras de conceitos – como o de Saúde Planetária - que, surgidos do pluralismo e dissenso interno nos espaços das ciências e dos saberes hegemónicos, abrem [possibilidades de diálogos](#), de traduções interculturais e interepistémicas e de ecologias de saberes. Diferentes plataformas, envolvendo comunidades, movimentos e organizações indígenas e de povos originários, universidades e publicações científicas dedicadas à Saúde Indígena têm contribuído para criar, manter e promover estas iniciativas, abrangendo diferentes continentes e criando formas de colaboração Sul-Sul.

[Projetos de Promoção de Saúde Indígena](#), projetos de educação que procuram a interlocução entre conhecimentos indígenas tradicionais e os conhecimentos das ciências modernas, ou a “[descolonização molecular](#)” do conhecimento biológico, ecológico e biomédico – como o que incide nas respostas imunológicas, nos microbiomas e nas relações entre as escalas em que se forjam e transformam existências, que vão do molecular ao planetário e para além deste – afirmam e defendem o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo e da diversidade de experiências que a sustentam. A vulnerabilidade ou a resistência a diferentes doenças e agravos, a soberania alimentar e as condições de uma vida saudável estão indissociavelmente ligadas ao ar, à água, à terra e à biodiversidade múltiplas espécies por via dos processos metabólicos e da sua dependência de uma ecologia hoje ameaçada por formas de ocupação territorial, de apropriação da natureza, de produção e de consumo que perpetuam e renovam a dominação capitalista, colonial e patriarcal. Ao longo de mais de 500 anos, os povos originários, [indígenas e tradicionais forjaram e partilharam entre gerações](#) conhecimentos e práticas que abrem a uma compreensão da interdependência como condição da vida na terra e da saúde do planeta como condição desta.

Formas de inteligibilidade mútua entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos das ciências e da medicina ocidental estão assim em construção através de práticas inovadoras, colaborativas e não-extrativistas de produção de conhecimentos, orientadas para o enfrentamento da doença e do sofrimento humano, da degradação ecológica, da destruição da biodiversidade e da crise climática, sempre colocando as concepções ontológicas e epistemológicas dos saberes tradicionais como propostas de um outro olhar, atento a dimensões que as epistemologias naturalistas, as fragmentações e especializações disciplinares, as metodologias reducionistas e a rejeição ou desqualificação de outros saberes e experiências levam a ignorar, minimizar, silenciar ou suprimir.

Por aqui passam hoje também as respostas aos desafios que têm mostrado os limites, dilemas e contradições da saúde global, na direção de uma Saúde Planetária descolonizada, caracterizada pelo reconhecimento e valorização da interdependência de todas as formas de existência e de uma preocupação central com o cuidado das pessoas, da vida e do planeta. Poderemos, aceitando os riscos, incertezas e descobertas que isso implica, aprender a conviver com os vírus, neste mundo, para além da pandemia?

João Arriscado Nunes é Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, co-coordenador do Programa de Doutoramento "Governação, Conhecimento e Inovação" e Investigador do CES. Foi Pesquisador Visitante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas dos estudos de ciência e de tecnologia (em particular, da investigação biomédica, ciências da vida e da saúde pública, da relação entre ciência e outros modos de conhecimento), da sociologia política (democracia, cidadania e participação pública, nomeadamente em domínios como ambiente e saúde) e teoria social e cultural (com ênfase no debate sobre as "duas culturas"). Mais recentemente, coordenou os projectos de investigação "Avaliação do estado do conhecimento público sobre saúde e informação médica em Portugal", no âmbito do Programa Harvard Medical School - Portugal e "BIOSENSE". Coordenou e participou em vários projectos nacionais e internacionais. Co-organizador dos livros *Enteados de Galileu: A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência* (Porto: Afrontamento, 2001); *Reinventing Democracy: Grassroots Movements in Portugal* (London: Frank Cass, 2005) e *Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sobre a Ciência* (Porto: Afrontamento, 2008) e autor de publicações diversas.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0
UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
Universidade de
Coimbra - Alça e Sul
Inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Hacia la descolonización de los desastres

AN Original

2021-01-02

Por Gustavo García López

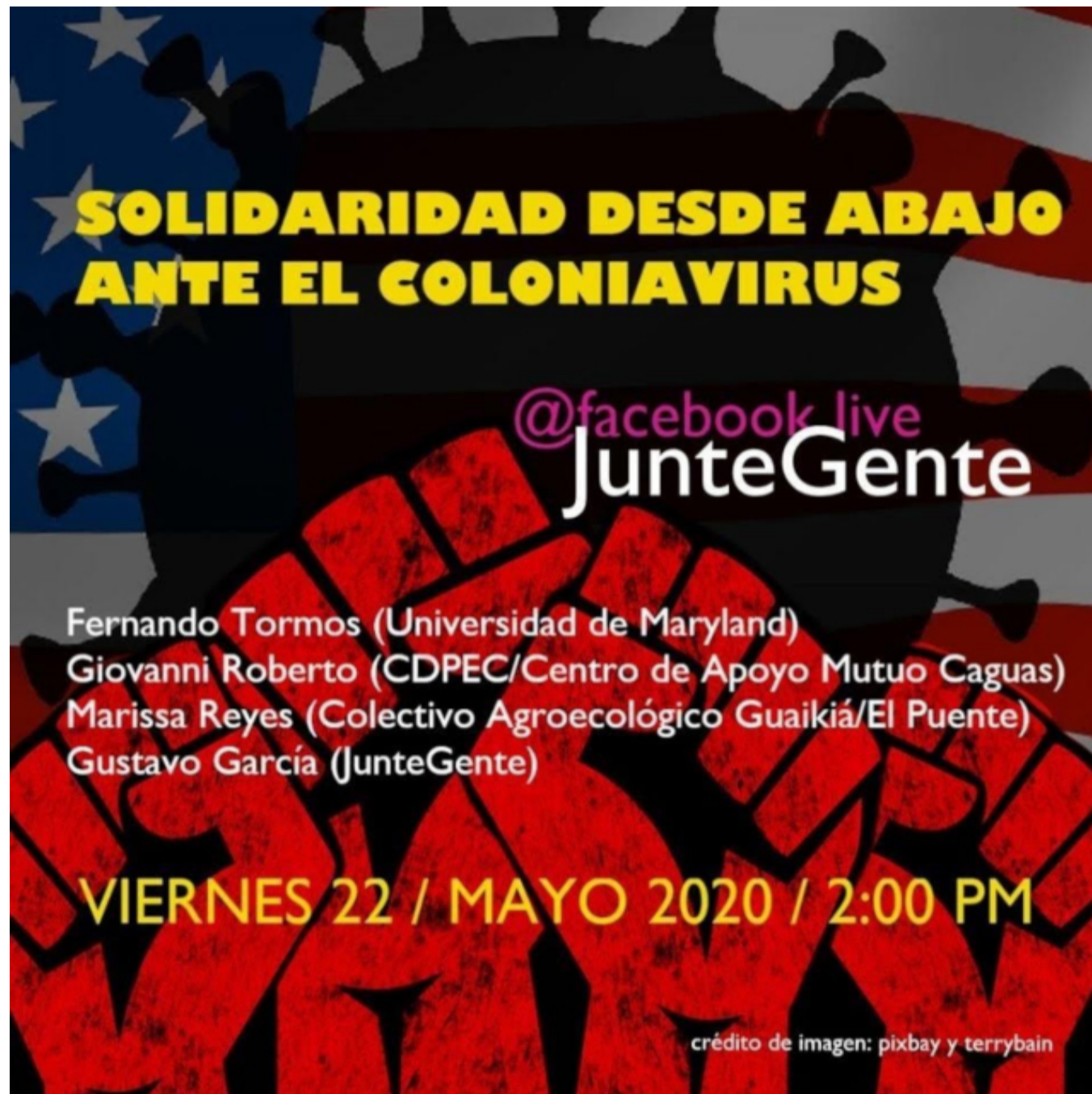


Fuego, fuego, el mundo está en llamas, fuego, fuego los Yanquis quieren fuego, cantaba Roy Brown en los años 60, ante un auge del movimiento por la independencia en Puerto Rico. Cincuenta años después, Naomi Klein habla de un mundo “en llamas”, enfatizando la necesidad “ardiente” de un Nuevo Trato Ecológico que atienda simultáneamente los desastres globales de la desigualdad social y las alteraciones climáticas. Ambos manifiestos no guardan relación directa, pero sí una conexión subyacente: el proyecto imperialista neoliberal del capitalismo ha sido el motor central de la incineración del planeta.

El archipiélago Caribeño de Puerto Rico tiene mucho que enseñarnos al respecto. Luego del huracán María en 2017, se popularizó allí el lema “la colonia es el desastre”, refutando el discurso dominante del huracán como “desastre natural”. Desde ahí, varixs autorxs proponemos hablar de un “colonialismo del desastre”, en un doble sentido. Primero, el colonialismo como “catástrofe” demográfica y ambiental para las poblaciones colonizadas, un *desastre permanente* que es lento e invisible, y que se hace visible de forma ‘espectacular’ con huracanes de categoría “monstruosa”, derrames de petróleo, incendios sin precedente, e incontables “zonas de sacrificio”. Segundo, el colonialismo, cual motor de los orígenes del capitalismo y su globalización, es raíz de la catástrofe climática global – un “colonialismo climático” que afecta principalmente a los territorios más explotados, los que menos han contribuido a esas alteraciones climáticas y que menos recursos tienen para responder.

Ese colonialismo del desastre se caracteriza no solo por el abandono y negligencia, sino una intencionalidad de explotar, de dejar morir y de matar: Trump lanzándonos papel toalla luego del huracán mientras la gente moría de hambre (y también, nuestro entonces gobernador, riéndole el acto); o las montañas de cenizas tóxicas dejadas al aire libre por la empresa carbonera AES, desafiando una orden del gobierno, y a sabiendas que los vientos del huracán las dispersarían en la población local, ya enferma por décadas de contaminación. La colonia es una necrópolis – dominada por la política de la muerte de la que habla Mbembe, manifestada en todo ámbito de la vida, y que hoy cobra una dimensión

global articulada con las alteraciones climáticas. No es de extrañar que desde Puerto Rico surja entonces el entendimiento de que “el desastre es la colonia” y que “el virus es la colonia” --#coloniavirus (como le ha llamado Giovanni Roberto) – y que desde el sur global se hable de la “pandemia de la desigualdad”.



Cartel de evento organizado por el colectivo JunteGente. Arte de Bernat Tort.

Estas desigualdades son entre Norte y Sur, imperio y colonia, pero también entre raza, género y clase. En Puerto Rico, se habla de ‘la colonia dentro de la colonia’ o ‘el sur del sur’. Esta realidad se hizo clara después del huracán María, donde las comunidades más blancas y ricas del país, los políticos del partido en el poder, los centros comerciales, las industrias farmacéuticas y los hoteles, recibieron primero las ayudas y la electricidad; mientras en la región sur, en donde están las principales plantas generatrices de energía eléctrica, las comunidades que han sufrido décadas de contaminación de dichas plantas, esperaron largos meses por el servicio. De igual forma, a tres años del huracán, aun miles no han recibido apoyo para la reconstrucción de sus casas. En ese sentido, las injusticias ambientales del desastre colonial se unen al desastroso evento del huracán para magnificar y multiplicar las desigualdades.

Estas desigualdades se profundizan aun más ante el “capitalismo de desastre”, que se manifiesta en nuevas oportunidades de inversión para ‘reconstruir’ y especular con territorios en ruina. En el Puerto Rico post-María, el shock fue aprovechado para aprobar una ley de privatización de energía, otorgar incentivos fiscales a super-ricos y contratos multimillonarios para la ‘reconstrucción’ a empresas multinacionales y amigos, y cerrar sobre 400 escuelas públicas, entre otras. Los cambios se manejan por un “estado de excepción” permanente, enraizado en el gobierno colonial y profundizado con el neoliberalismo y la imposición de una Junta de Control Fiscal, para “acelerar” la implementación “eficiente” del “desarrollo”, las medidas de austeridad y el pago de la deuda a fondos buitres.

Tomar en serio la idea de pensar desde los sures globales y sus epistemologías, en formas de descolonizar el desastre y la justicia, por mundos más equitativos y eco-lógicos, apunta a luchas que no esperan por nadie (mucho menos por el desgobierno de la colonia) para generar otras formas de vida más allá del colonialismo. Nos recuerdan el llamado del Comité Invisible que hizo hace 15 años: “*Es inútil esperar, por un gran avance, por la revolución, el apocalipsis nuclear o un movimiento social...La catástrofe no viene, ya está aquí... Es dentro de esta realidad que debemos elegir bando.*” Quiero resaltar tres elementos entrelazados de esas prácticas descolonizadoras y comunizadoras en Puerto Rico.

Política interseccional de la vida: La “síntesis interseccional” feminista, anti-racista y decolonial se ha convertido en estrategia de convergencia esencial para luchas sociales en Puerto Rico. Estas luchas rechazan la política de muerte de la colonia y sus estructuras racistas y patriarcales, y que entrelazan así luchas contra la deuda, el racismo, la violencia de género, y las energías fósiles y su “esclavitud energética”, por el derecho a la vivienda y una “recuperación justa” post-María, y por “comida pa’ los pobres” durante la pandemia. En vez de estar “abierto a los negocios”, como descaradamente ha mercadeado el gobierno luego de María y durante la pandemia del Covid, vislumbran un Puerto Rico

“abierto a la justicia”. Ante la desesperanza del presente-pasado, estos proyectos defienden la vida y a su vez experimentan con nuevas formas de re-existir ‘en común’, una prefiguración del presente-futuro que se convierte, como diría el Subcomandante Marcos, en “punto y piedra y maíz y árbol y esperanza del mañana”.

Autogestión/Ayuda mutua: Ante la jerarquía y el control de los medios de producción y reproducción, ante las estructuras de dependencia política y económica, manipulación e imposición, que fuerzan a las personas a ‘trabajar en lo que los mata’, proyectos emergentes proponen la autogestión sobre la reproducción de la vida, basados en los principios de comunalidad, solidaridad, autogobierno democrático, autosuficiencia, y economía social. Son proyectos que buscan desarrollar “voz propia” e “iniciativas propias”, partiendo de la premisa de que la economía es un aspecto fundamental en la configuración de la acción social, permitiendo la autosuficiencia y, por tanto, la independencia y la autodeterminación.

Praxis de las soberanías múltiples: En estos proyectos, la autogestión no es mera sobrevivencia o economía sino formas de florecer y re-existir, desde abajo. Buscan dismantlar la matriz colonial en la práctica, generando nuevos sentidos comunes más allá del conocimiento técnico de expertos en ‘desastología’ y ‘resiliencia’ y construyendo múltiples soberanías más allá del espacio colonial de la nación-estado: soberanía alimentaria, energética, territorial, comunitaria, económica, cultural, espiritual, buscando desvincularse de las garras materiales e ideológicas del colonialismo. Es una ruptura con el “chantaje colonial” – la idea de que somos demasiado pobres e ineptos para poder autogobernarnos. Proyectos que tienen claro que cultivar comida y conocimiento de nuestra tierra en colectivo es un “poder popular” que ha roto ese chantaje, y que ser autosuficientes energéticamente es un paso hacia la independencia. Que parten del entendido que “la comunidad es la patria” y la gestión comunitaria los deberes y derechos ejercidos en la búsqueda de una sociedad más justa y más armónica, como expresa Casa Pueblo. Proyectos que vislumbran que con esa práctica se crea no solo una nueva razón (un nuevo sentido común) sino un nuevo “espíritu” soberano que cree en que puede hacerse cargo de la propia gobernanza y el futuro, en un contexto donde nunca hemos gobernado, donde nos han dicho siempre que ‘no podemos’ hacerlo. De ahí el énfasis en autogobierno y en que “solo el pueblo salva al pueblo”, y en demostrar con actos, lo que es posible lograr, como pueblos empoderados y liberados: cultivar nuestros propios alimentos, producir nuestra propia energía, tomar nuestras propias decisiones, colectivamente, por el bien común.

Gustavo García-López es Investigador del CES, y nativo del archipiélago caribeño de Puerto Rico (Borikén). Su trabajo de investigación-acción, con un enfoque en la intersección de la ecología y la política, se centra en iniciativas colectivas que adelantan transformaciones hacia mundos más justos y sostenibles. Es miembro co-fundador del colectivo JunteGente, un espacio de encuentros de organizaciones contra el capitalismo de desastre y por otro Puerto Rico posible; y del colectivo editorial del blog Undisciplined Environments.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
Universidade de
Coimbra - Vila de Souto
Inscrita no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A lição que vem da Argentina

AN Original

2020-12-30

Por Ana Prestes

A história da penalização do aborto na Argentina começou em 1886 com a sanção do primeiro Código Penal. Nele, a prática era penalizada em qualquer hipótese. Em 1903, com a reforma do código, há um pequeno avanço, os casos de tentativa de aborto não seriam mais punidos. A partir de 1921, uma segunda reforma do código passa a estabelecer que o aborto não seria penalizado no caso de se fazer necessário para evitar risco de vida à gestante, também quando a gravidez fosse fruto de estupro ou violação de vulnerável, como mulheres com adoecimento mental. Em 1937, se apresentou o primeiro projeto parlamentar para reverter a criminalização e buscar a garantia do Estado para o direito de interromper a gravidez. Desde então, inúmeras vezes projetos para a legalização chegaram ao Congresso, sendo que em 2018 foi a primeira vez que um projeto chegou a ser votado nas duas casas parlamentares, Câmara e Senado, e por apenas sete votos não foi aprovado.



Autor: RONALDO SCHEMIDT | Crédito: AFP

O projeto mais semelhante ao aprovado hoje, 30 de dezembro de 2020, surgiu em 2007, fruto da articulação da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto. Nele, era apresentada a proposta de despenalização e legalização do aborto por decisão da mulher até as doze semanas de gestação. O dia escolhido, 27 de maio, era também o Dia Internacional da Ação pela Saúde das Mulheres. Em 2019, ano eleitoral e doze anos após a primeira apresentação do projeto, a Campanha apresentava sua oitava versão do projeto. Os candidatos foram obrigados a se posicionar, pois após a votação histórica de 2018 e com uma estreita derrota do projeto por sete votos no Senado, após ter sido aprovado na Câmara, o tema estava na boca do povo. Ainda candidato, o presidente Alberto Fernández foi o primeiro na história argentina a se comprometer a enviar ao parlamento, logo no início do seu mandato, um projeto de lei de despenalização e legalização da interrupção voluntária da gravidez. Eleito, era a primeira vez na história do país sul-americano que um presidente se posicionava a favor do aborto. Sua abordagem foi principalmente a de localizar o tema dentro dos debates sobre saúde pública e direitos humanos.

O ano de 2020 começou com um gigante pañuelazo, que é o nome que se deu às grandes marchas com o lenço verde desde o início dos anos 2000 e que virou marca da Campanha, no dia 19 de Fevereiro – Dia de Ação Verde pelo Direito ao Aborto. Logo vieram também as atividades do 8 de março e era grande a expectativa de que o projeto entraria no Congresso já em março, no início do ano legislativo argentino. O presidente Fernández chegou a dizer no dia de abertura dos trabalhos do Congresso que em dez dias enviaria o projeto. Mas havia uma pandemia no meio do caminho. Todas as atenções do país e do mundo se voltaram para os cuidados com a prevenção e atenção à saúde dos infectados pelo novo

coronavírus que tão fortemente impactou a vida em todo planeta em 2020. Somente em setembro, no dia 28, Dia de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto na América Latina e Caribe, é que o presidente Fernández se comprometeu uma vez mais a atuar pela legalização do aborto no país. Os meses entre março e setembro não foram, no entanto, de descanso para as inúmeras militantes da causa no país. Se há algo que elas têm deixado como legado nessa última década e meia é a persistir e inovar nos caminhos da luta. Incorporaram-se às comissões criadas para o aperfeiçoamento do projeto a ser apresentado pelo executivo. Fizeram muita política conversando com cada parlamentar. Mantiveram as bases ativas nos bairros, nas cidades, nas províncias e as assembleias nacionais operando.

Fruto desse engajamento, muita política e mobilização, nasceu um projeto melhor do que o votado em 2018. Com menos arestas, mais amplo, inclusivo e difícil de ser combatido principalmente pela oposição fundamentalista religiosa. Com destaque para a conjugação com projeto 1000 dias, que garante assistência plena do Estado às gestantes de baixa renda, do pré-natal até os 3 anos da criança, fundamental para evitar que a interrupção da gravidez se dê por falta de perspectiva de sobrevivência econômica. Outro tema aperfeiçoado foi o do tratamento dispensado aos casos de “objeção de consciência” quando o médico se recusa a realizar o aborto por alegar ser contra seus princípios ou religião. Nesses casos, o profissional poderá transferir a paciente para um colega, desde que a pessoa gestante não esteja correndo risco de vida.

Em resumo, a Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez despenaliza e legaliza o aborto que seja solicitado pela gestante que tenha a partir de 16 anos e quando realizado dentro das primeiras 14 semanas de gestação. Fora desse prazo, somente em casos de perigo de vida ou da saúde integral da gestante. A rede de saúde pública estará preparada para receber estas mulheres e executar o procedimento em até 10 dias após o pedido. O aborto passa a ser seguro, legal e gratuito. Estão abarcadas as mulheres e pessoas de outras identidades de gênero com capacidade de gerar vida. Está garantida a atenção pós-aborto, também pelo sistema de saúde pública. No caso de menores de 13 anos, deverá haver consentimento e acompanhamento de pelo menos um dos pais ou representante legal. Adolescentes de 13 a 16 deverão estar acompanhadas. Está garantido o direito do profissional de saúde à objeção de consciência. Não será permitido alegar objeção de consciência na atenção sanitária pós-aborto. O Estado fica com a responsabilidade de implementar a lei 26.150 de Educação Sexual Integral, assim como estabelecer políticas ativas de promoção e fortalecimento da saúde sexual e reprodutiva de toda a população.

Para mim, que venho acompanhando essa luta há tantos anos, tanto por ser internacionalista como feminista, fica a lição de que elas, as mulheres argentinas, tiveram muita sabedoria nessa construção. Não há como olhar para o movimento e não perceber que ele é coletivo. As manifestações parecem as mesmas, na narrativa, na estética, na pluralidade, na mistura de idades, cores e proveniências de classe, seja em Rosário, Córdoba, B. Aires, Jujuy... não se percebe titularidade individual e mesmo organizativa que tenha sobressaído, embora haja discordâncias, debates, consensos suados. O que se vê é um corpo de constituição social que se move sempre em frente. Ergue-se rapidamente após as derrotas e segue. E faz política! Para a votação de 2020, conjugou o projeto do aborto com o projeto dos 1000 dias e abriu possibilidade para a objeção de consciência de médicos contrários ao procedimento. Soube ceder para avançar. Soube persistir, ser resiliente, alegre e de luta em tempos sombrios de pandemia. Como elas próprias dizem, “nossas avós nos garantiram o direito ao voto, nossas mães ao divórcio, e nós deixamos para nossas filhas o direito de decidir”.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Mulheres Unidas
para a Educação,
e Ciência e a Cultura



Universidade de
Guanabara - UG
Instituída no Livro do Patrimônio
Municipal em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

The Indian Suicide

AN Original

2020-12-18

By Amit Singh

In the month of May, and June 2020 Indian roads, streets and railway tracks were dotted by the dead bodies of poor inter-state migrant's workers-died due to exhaustion, starvation, heatstroke, road accidents, among others, as they desperately try to reach their homes- after two months of lockdown. Their naked-bare lives were ungrivable, unmournful-for the government and for the upper Hindu middle classes-whom, they refer (along with Muslims), as a spreader of Coronavirus. Most inter-state migrant workers have been rendered jobless ever since the nationwide lockdown was imposed seven months ago.



Image: India coronavirus lockdown | Migrant workers and their long march to uncertainty - The Hindu

As India extended the COVID-19 lockdown, people took to social media with the hashtag #MigrantLivesMatter, to discuss the humanitarian crisis that loomed large over the country. Amid several videos showing the woes of inter-state migrant workers in India, a video from Bihar's Muzaffarpur has shocked the country. In it, a toddler was seen trying to awaken his mother who has passed away at a railway station. A woman was among the inter-state migrant workers who had reached Muzaffarpur in a special labour train from Ahmedabad. She died from heat, hunger and exhaustion on board on May 25. Due to non-availability of water and food on board, long delays (sometimes 40 hours); many died on these very trains.

In a sudden, most punitive and least-planned lockdown, Hindu nationalist Prime Minister Narendra Modi, imposed a lockdown on 24th March, on India's 1.38 billion people-without any democratic consensus-on just four hours' notice. This organized governmental chaos leads the humanitarian crisis of an epic proportion; has reproduced existing inequalities and exclusion of marginalized population in Indian society.

The covid-19 pandemic has hit the poor the hardest in India, with locked factories and other workplaces triggering the biggest internal migration since Partition of India in 1947.

Within days of the lockdown announcement, harrowing accounts began pouring in of inter-state migrants dying of starvation, fatigue, and road accidents as they started their long treacherous journeys – of more than 1,000 km on foot – from cities back to their villages. Huddled in container boxes, concrete mixture bins, and cargo compartments, the workers have taken almost non-stop journeys of up to 100 hours to reach their villages in Uttar Pradesh, Bihar and Jharkhand, travelling from Gujarat,

Maharashtra, Karnataka and Telangana. Sataria Hembrom, 31, walked back to his village in Jharkhand's Chaibasa from Mumbai, a distance of more than 1,800 km, with six others. Sixteen inter-state migrant workers from Madhya Pradesh were mowed down by a goods train while they were asleep on the tracks near Aurangabad in Maharashtra while travelling to home. Many of the inter-state migrants have been using railway tracks to navigate their way in the long and unbearable Indian summer.

The heavily policed bus terminals within cities and at state boundaries became the sites of violent migrant-police encounters, as police resorted to beating migrants with sticks for having violated the lockdown orders. How much state violence is done against the people in the name of protecting people- is simply ridiculous, bizarre and unacceptable- by any standard.

Activists tracking the news reports during the ongoing lockdown, reported that more than 300 people died because of the lockdown: as a result of hunger, financial distress and exhaustion, due to police atrocities for lockdown violations, and inability to get timely medical attention. The report said 338 deaths have occurred from March 19 till May 2 and they are related to lockdown.

In another event, police resorted to beating hundreds of inter-state migrant workers, when they came onto the streets in Surat district of Gujrat on 9th May, to demand that they either be sent back to their home states or allowed to resume work at local industrial units to earn money. Many Indian states, tried to stop workers from returning to their homes. Karnataka Government withdrew its request for special trains meant to ferry inter-state migrant workers apparently due to concerns over shortage of labour. Some states in India such as Uttar Pradesh, Madhya Pradesh and Gujarat amended labour laws increasing working hours from 8 to 12 hours per day stripping the labour of its basic rights, but also drive down wages. International Labor Organization has expressed 'deep concern' over labour law changes which is inherently against the fundamental human rights of migrant workers. It is important to note, India spends just 1% GDP on Covid relief, which shows that the government is not doing enough.

As the number of COVID 19 infected people are increasing; so does the miseries of inter-state migrants, their children and women. Indian case- due to its sheer callousness towards migrants and poorest- made us question the efficacy of a democratic state to protect the rights of marginalized and helpless in crisis times.

Lockdown in India turned out to be a tool of oppression- where normalization of violence and hatred against migrant workers and Muslims are new normal. Even though millions of inter-state migrant worker and poor make up the common destiny of Indian state, their maltreatment, by the government suggests, they have been expelled from the political system- only to live in the spaces of abjection. This stigmatization operates as a form of governance which legitimise the reproduction and entrenchment of inequality and injustices impart upon migrant workers. Selective deployment of strategies of social abjection is not only constitutively injurious to the ideals of democratic citizenship, but has perverted the very meaning of democracy and citizenship.

Their lives have been hijacked by the discourse of normality; making it appear that they are living a normal life like most of their compatriots. However, the fact is that poor inter-state migrant workers have been trapped in the circle of crisis by the State, by the Corporate, by the privileged middle classes. Mainly living in slums, they feel the crisis through extreme poverty, starvation, disease, and wage inequality; crisis, being an essential part of their lives, where the idea of 'normal life' is absent.

They are the invisible foundation of visible societies on which nation and state stand; from manual scavenging to farming, without them, Indian society would not function. For 450 million of India's informal sector's workers, life was never normal. With no health insurance, poor working condition, cramped living conditions, lack of social security and low wages, their lives have always been in a permanent state of crisis – even in so-called 'normal times.'

Many inter-state migrant deaths went unreported and hidden by mainstream media. Poor people are forced to do end their lives- in most inhuman manner. Prime Minister Narendra Modi needs to be held accountable for these suicide, who is known for turning chaos into a political opportunity. COVID is a gift to an authoritarian leader, which had allowed them to play with the human lives- with impunity- without international condemnation.

Originally published in Portuguese at: <https://www.publico.pt/2020/06/08/opiniao/opiniao/suicidio-indiano-1919444> on June, 8th, 2020 (translated by the author).

Amit Singh is a Human rights researcher. He is a PhD student in Human Rights in Contemporary Societies at the Centre for Social Studies since 2017. Amit is also a research associate at the Centre for the Study at Indian Languages and Society, in India. His work is cited by the top professionals. Amit holds MSc. in Human rights and multiculturalism from University of Southeast Norway; M.A. in Human rights from Mahidol University, Thailand and M.A. in World History from Pondicherry University, India. Amit has done his master thesis project on freedom of expression and religious intolerance in India. He was a frist ord scholar, also won SUPRA NORDIC scholarship in 2020; he also did another master thesis on Insecurity of legal status of Pakistani Ahmadiyya refugees in Thailand (funded by Mahidol university alumni association, and Community Resource Centre, Thailand). He is Editor-At-Large (Human rights) at the Different truths webzine, human rights columnist at The Oslo Times, and The Citizen. His recent book is, The Conflict of Freedom of Expression and Religion- A Case Study from India, 2018. Another publication is 'Mounting Discrimination Declining Hope- Dilemma of An Indian Muslim.' His human rights advocacy materials have been published in, 'Voice of Voiceless, May 2013, Vol.3, No.1. Amit has worked with the United Nations High Commissioner for Human Rights (Bangkok, Thailand) the United Nations Development Program (New Delhi, India), the National Human Rights Commission of India and Philippines. As a project coordinator of Universal Tolerance Organization, Norway, he has coordinated Global Tolerance Forum in 2015, on the issue of Religious Extremism and fundamentalism. Amit has been invited to present his research paper in various national and international forums, including University of Massachusetts(USA), York University(Canada), the International Association on the Study of Forced Migration(India), Oslo University(Norway). His particular areas of interest are religious conflict, multiculturalism, refugees, torture, Caste discrimination, religious extremism, and freedom of expression. Amit was president of the International Students' Union at the University College of Southeast Norway, and Mr. Brand Ambassador at Mahidol University, Thailand. In November 2014, as a president of the International Students' Union at the University College of Southeast Norway, Amit led a campaign to support Right to Free Education in Norway- to protest the Norwegian government's attempt to charge education fees from non-EU students (<https://www.usn.no/news/students-experiences/amit-from-india-to-master-in-human-rights-and-multiculturalism-at-campus-drammen-article206539->

28121.html). In Norway, Amit worked with Mohammad Mostafaei, an Iranian human rights lawyer and a political refugee working against religious extremism and the juvenile death penalty in Iran. In Thailand, he interned with Asylum Access, advocated policy change for refugee's protection. In addition, working with Community Resources Centre in Thailand, Amit highlighted human rights violations of indigenous people's land exploitation by mining company. For his human rights activism, Amit was awarded REX global fellowship (<http://differenttruths.com/human-rights/human-rights-activist-amit-singh-conferred-the-rex-karmaveer-global-fellowship/>), Jan Mitra human rights award, Human rights year of the crusader (2016) award. He has done translation work for NGOs and documentary filmmakers working on human rights issues in India and Denmark. In 2012, Amit was invited to work as a research assistant by Dr. Barbara Harrell-Bond, Emerita Professor, Refugee Research Centre, University of Oxford. Amit hold membership of European Integration & the Global Political Economy Research Network, Columbia University, Asia Pacific Refugee Rights Network, Thailand, and Indian Sociological Society. He regularly has been invited as a speaker on human rights issues in India. He has contributed more than one hundred articles on human rights issue in national and international online news magazine. In Portugal, he regularly writes opinion article in Publico and Esquerada.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Bela
Instituição do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.